



Seminários Regionais ABDE Região Centro-Oeste

Finanças Sustentáveis em perspectiva

Roberta Simonetti

WWF BRASIL

Brasília, 31 de julho de 2019

Conteúdos

Perspectiva histórica das Finanças Sustentáveis

Finanças Sustentáveis no Brasil

Exemplos da atuação do WWF Brasil em Finanças Sustentáveis

Tendências



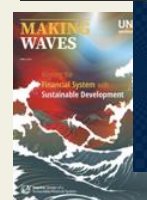
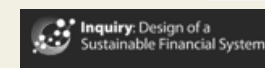


Década
1981-1990

Década
1991-2000

Década
2001-2010

Década
2011-hoje



Dois **destaques** nessa linha do tempo...

1º o expressivo aumento do **número** de iniciativas

2º oriundas de **diferentes** atores

3º maioria internacionais

Não teremos tempo para falar de todas, mas destacaria...



FOCO: **risco**
reduzir IMPACTO NEGATIVO

Manual: O **que fazer e não fazer** em um **banco sustentável** (Banktrack)

FOCO: **oportunidade**
ampliar IMPACTO POSITIVO

Desenho de um Sistema Financeiro Sustentável
Novos atores: **REGULADORES**
Colaboração: LAB IF

Década
1981-1990

Década
1991-2000

Década
2001-2010

Década
2011-hoje



U.S. activists stop Burger King from importing rainforest beef, 1984-1987

Printer-friendly version PDF version

Time Period: April 1984 to May 1987

Country: United States

Location Description: Similar actions occurred across the country in support of a nationwide boycott
View Location on Map

Goals:

Environmentalists sought to end Burger King's contracts with beef providers in the Central American Amazon rainforest.

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES
(BANCOS PÚBLICOS) 1995**



Campanhas de mobilização: sociedade civil (ONG) vs.
Ações predatórias das empresas atenção dos bancos
>> origem das FS e da RSC

ONU + IFs >> aumentar **consciência** das IFs sobre a **agenda ambiental**
Declaração das IFs sobre meio ambiente e DS

DECLARAÇÃO DE COLLEVECCHIO



PROTOCOLO VERDE FEBRABAN

MATRIZ DE INDICADORES PARA O PROTOCOLO VERDE FEBRABAN

Mobilização de **INVESTIDORES**
CDP
PRI
Índices em Bolsas



Pioneirismo do



Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto 29/05/1995

A instituição do Grupo decorreu da preocupação do atual Governo em buscar mecanismos que evitem a utilização de créditos oficiais e benefícios fiscais em atividades que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

O Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto de 29 de maio de 1995, tem por objetivo a elaboração de uma proposta contendo diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais para a incorporação da variável ambiental no processo de gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais às atividades produtivas. Compõem o grupo representantes do Ministério do Meio Ambiente,

No cenário internacional, pode-se perceber uma tendência na gestão ambiental de uma gradual passagem do método tradicional de comando e controle para o da utilização de instrumentos econômicos. Pelo primeiro, o Governo estabelece regulamentações para o uso dos recursos ambientais e passa a fiscalizar o ~~cumprimento da legislação, punindo eventuais infratores~~. Pela outra sistemática, os preços dos bens ambientais devem refletir, o mais corretamente possível, os valores que lhes sejam imputados pela sociedade, de forma que se possa cobrar adequadamente pelo uso desses bens, seja de forma direta quanto indireta via taxas, subsídios etc.

Premissa, em princípio, correta – mas o mercado é lento – até hoje **não conseguimos incorporar o valor das externalidades** (positivas ou negativas) no **sistema de preços**

Participação

- ✓ Ministérios: Meio Ambiente, Agricultura, Fazenda, Planejamento + Ibama, Banco Central, Caixa, Banco do Brasil Banco da Amazônia, BNDES, Banco do Nordeste

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A INCORPORAÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NA GESTÃO E CONCESSÃO DE CRÉDITO OFICIAL E BENEFÍCIOS FISCAIS.

Em consonância com o princípio constitucional de que cabe ao poder público e à coletividade defender e preservar o meio ambiente, a Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 12 que “As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais

Uma combinação dos dois sistemas, comando e controle e instrumentos econômicos, é a melhor forma de se empreender as correções necessárias para que o mercado funcione ajustado do ponto de vista social e ambiental. Assim, o papel desempenhado pelo Estado na área ambiental não pode ser apenas o daquele que regulamenta e fiscaliza, mas sim o de um Estado que promova e garanta o desenvolvimento sustentável.

“papel do Estado na área ambiental: regulamenta, fiscaliza E promove e garante o desenvolvimento sustentável”

“Incorporação dos custos ambientais na análise de projetos entre outros”
vale a pena revisitar esse documento!



Destques do



Regulação
Auto regulação
Mercado

Resolução 4.557/2017
Gerenciamento de Risco e de capital

2017 ABDE CVM BID



2015 1ª emissão de título verde

2014 Normativo SARB N° 14

2014...



Resolução 4.327/2014 PRSA

Edital 41/2012 Política e Relatório de RSA

Resolução 4.008/2011

Financiamentos de projetos lastreados em recursos do FNMC

Resolução 3.876/2010 Trabalho escravo

Resolução 3.896/2010 Programa ABC

Resolução 3.813/2009 Cana de açúcar

2009 Protocolo Verde MMA & Febraban

Resolução 3.545/2008
Crédito Rural Amazônia

1981

Lei 6.938

Política Nacional do
Meio Ambiente

2007



2005



2004 Fundo Itaú Excelência Social

2001 1º fundo ISR mercados emergentes Banco Real – Fundo Ethical

2000 1º serviço de pesquisa ISR mercados emergentes (Unibanco)

1995 Protocolo de Intenções – MMA e Bancos Públicos



Finanças Sustentáveis no WWF

Objetivo

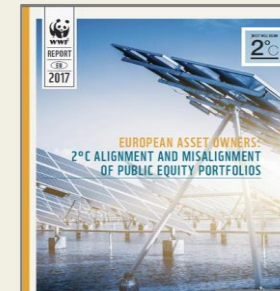
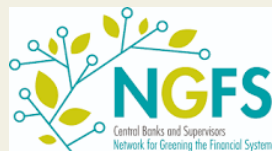
Incentivar uma mudança significativa nos fluxos financeiros para alcançar os Objetivos Globais do WWF – flexionar as curvas de degradação



- Aprimorar a **análise e integração** dos riscos ambientais
- Aumentar os **investimentos** para o desenvolvimento sustentável
- Usar a **influência** do SF para **direcionar práticas sustentáveis na economia**

Principais de áreas de atuação

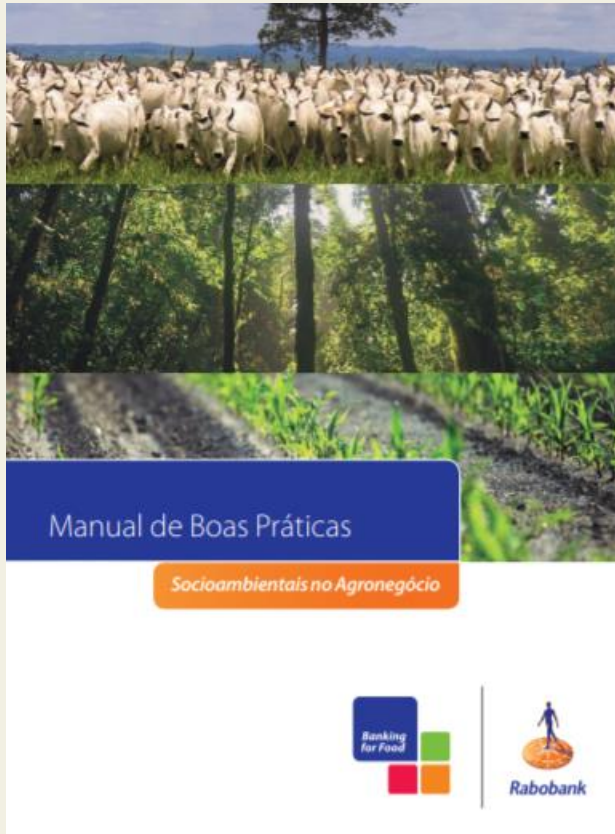
- Alinhamento do Portfolio 2C
- Financiamento de Commodities Agrícolas
- Financiamento Infraestrutura Sustentável
- Regulação dos Mercados Financeiros



França,
Suíça,
Holanda,
Singapura,
Ásia, UE



Iniciativas do WWF Brasil em FS



- Parceria para elaboração de manuais
- Realização de dias de campo
- Realização de análises e estudos

WWF-Brasil e Rabobank fomentam expansão de sistemas de integração floresta e agricultura em estudo

Os impactos das mudanças climáticas não se limitam aos ecossistemas naturais.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, as previsões de temperaturas mais quentes e de mudanças na frequência das chuvas vão, sem dúvida, impactar o setor agrícola e a exploração madeireira. Estimativas para as próximas décadas preveem mudanças do clima tão intensas a ponto de mudar a geografia da produção brasileira.

“Esses sistemas são **arranjos produtivos eficazes**, pois podem alcançar os mesmos resultados de produção que uma agricultura regular em uma menor área ocupada e com **maiores benefícios ecossistêmicos**. Além de **contribuir com a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa e a pressão pela abertura de novas áreas de produção**, os sistemas podem ser uma alternativa de produção que contribui para um cenário cujas cadeias de produção agropecuárias são livres de desmatamento”, explica Carolina Siqueira, analista sênior do WWF-Brasil e sistematizadora do estudo.

“O Rabobank e o WWF-Brasil têm como ambição **fomentar** cada vez mais os **sistemas iLPFs no Brasil**. Com esse estudo, buscamos **entender quais são as regiões com maior potencial para a expansão desses sistemas**, assim como os fatores decisivos na tomada de decisão do produtor ao optar pela integração”, esclarece Thais Fontes, Gerente de Sustentabilidade do Rabobank Brasil.



Iniciativas do WWF Brasil em FS

Colaboração para Florestas e Agricultura (CFA) Iniciativa Conservação e Mercados Financeiros (CFMI)

Engajamento do setor produtivo, setor financeiro e setor público

WORKSHOP

Oportunidades para Incorporar no Crédito Rural Requisitos que Estimulem a Adoção de

BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO

A Colaboração para Florestas e Agricultura tem o prazer de convidá-lo para o workshop "Oportunidades para Incorporar no Crédito Rural Requisitos que Estimulem a Adoção de Boas Práticas de Produção".

O propósito do evento é avaliar as propostas elaboradas por Agroicone e WWF para a política de crédito rural, com objetivos de incentivar a intensificação na produção, a recuperação de áreas degradadas, a transição para o uso de insumos e a adequação ao Código Florestal.

Contamos com a sua presença!

Quando
31 de janeiro de 2018

Horário
13h30 às 17h30

Onde
SAUN Claudio B. Horta II
1st. Bloco do Itaipu - Torre Sul
14º andar - Sala do ONU

O workshop está aberto às instituições que foram convidadas no processo de elaboração das propostas.

Favor confirmar com André Nouzeart
em andrenouzeart@agroicone.com.br

WWF

AGROICONE

- Estudos e **análises** preliminares
- Elaboração de propostas e **notas técnicas** de forma **colaborativa**
- Instrumentos** financeiros (exemplo "CRA Verde" e incentivos para manutenção de vegetação nativa)
- Resumo para Política Pública (policy brief)

WWF RELATÓRIO 2017

CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA VERDE

INCENTIVANDO PRÁTICAS MAIS RESPONSÁVEIS NA PRODUÇÃO DE COMMODITIES NO BRASIL

RESUMO PARA POLÍTICA PÚBLICA

O IMPACTO DO CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA E NO MEIO AMBIENTE

NOVAS EVIDÊNCIAS APONTAM QUE OS EMPRÉSTIMOS DE CRÉDITO RURAL BENEFICIAM PRODUTORES SIGNIFICATIVAMENTE E MELHORAM O USO DA TERRA

INPUT
Iniciativa para o Uso da Terra

CLIMATE POLICY INITIATIVE

A política agropecuária tem sido utilizada mundo afora como importante ferramenta para estimular o setor agropecuario e aumentar a oferta de alimentos para a população crescente. No Brasil, o crédito rural tem um papel extremamente relevante: ele constitui a política agropecuária central do país. Os empréstimos de crédito rural equivalem a aproximadamente 40% da produção agropecuária total, o que representou cerca de R\$ 225 bilhões no ano-safra de 2018-2019.

Apesar do grande investimento no setor, há pouca evidência empírica sobre o impacto do crédito rural brasileiro para os produtores locais e no uso da terra. Formuladores de políticas públicas e stakeholders precisam compreender melhor como o crédito rural afeta as decisões dos produtores, para que possam justificar, alavancar, ou alterar os subsídios atuais do governo. Além disso, as restrições cada vez maiores nos orçamentos públicos brasileiros aumentam a importância de investimentos públicos mais efetivos.

CONFIDENCIAL

Oportunidades para Incorporar no Crédito Rural Requisitos e Incentivos para a Adoção de Boas Práticas de Produção

Propostas entregues aos formuladores de política e bancos

Apresentação para a Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização

22 de Março de 2018

AGROICONE

Brasília, 22 de março de 2018

Exmo. Sr. Ayrton Jun Usami
Secretário de Climas Setoriais e Temáticas
Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Gabinete do Ministro
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Assunto: Notas técnicas com propostas para a formulação do Plano Agrícola e Pecuário 2018/19

Senhor Ayrton,

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, entregamos a Vossa Senhoria as notas técnicas propondo quatro mudanças na política de crédito rural. Solicitamos, encarecidamente, que a Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização considere nossas propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2018/19.

Este ofício é acompanhado pelos seguintes documentos:

- NT 1: Autorizar o uso de financiamentos de custeio para aquisição de insumos para a restauração e recuperação da vegetação nativa.
- NT 2: Criar linha de investimento dedicada a financiar a recuperação de pastagens e a aquisição de matrizes e reprodutores bovinos.
- NT 3: Criar linha dedicada a financiar os investimentos em adequação ambiental das propriedades rurais.
- NT 4: Incluir a verificação de indicadores socioambientais como critério para liberação de crédito rural.

Estamos à sua disposição para prestar qualquer esclarecimento e prover qualquer tipo de dado ou análise adicional que Vossa Senhoria julgar necessário.

Atenciosamente,

Leila Harfuch
Agroicone

Edgar Rosa
WWF Brasil



Iniciativas do WWF Brasil em FS

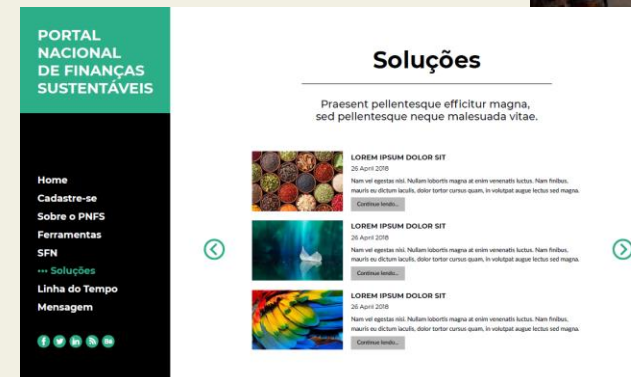
Colaboração para Florestas e Agricultura (CFA)

Iniciativa Conservação e Mercados Financeiros (CFMI)

- **Mapeamento e análise de Riscos Socioambiental no setor agropecuário** – principais commodities (soja, milho, algodão, arroz, eucalipto, café, frango, suínos, leite, pecuária de corte)
- Mapeamento das **principais ferramentas** para **identificação e gestão de risco de desmatamento** e realização de workshops – parceria Febraban
- **Viagens de campo** com parceiros (empresas e IF) para conhecer a **realidade local** e dialogar com produtores e comunidades **impactos pelas decisões de financiamento e negócios**
- Apoio a **projeto piloto** para adoção de ferramenta (Terras Crédito Rural) para **gestão de riscos socioambientais** (em conformidade com a Res. CMN Nº 4.327) na concessão de crédito rural – Banco do Nordeste (Imperatriz, MA)



- **Portal Nacional de Finanças Sustentáveis (PNFS)** – hub de conhecimento e também de fortalecimento da PRSA



Exemplo de Instrumento Financeiro

Combinando Produção & Conservação da Vegetação Nativa

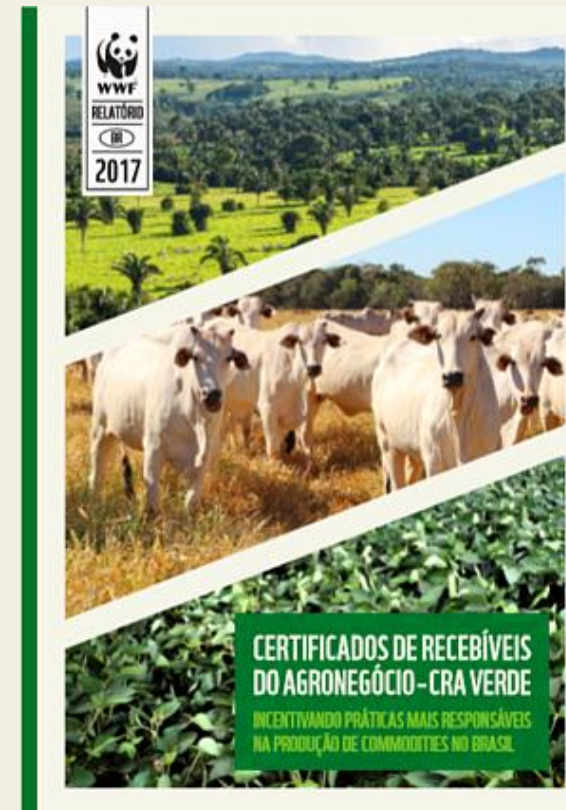
CRA “Verde” – Operação Piloto

Emissão de um CRA com critérios SA específicos para o custeio da produção de soja no Cerrado de produtores comprometidos com a preservação de áreas com bioma nativo em suas propriedades.

Elegíveis: produtores com vegetação nativa em área superior ao exigido pela lei (Código Florestal) e que se **comprometam a preservá-las** durante o ciclo de financiamento do CRA

Critérios de Elegibilidade (destaques)

- I. Cumprimento da LPVN, não sobreposição com Terras Indígenas/comunidade tradicionais /UC Proteção Integral
- II. Imóvel: titularidade + regularidade INCRA
- III. Lista Trabalho Escravo do MTE (emissores CPR + titulares do imóvel)
- IV. Embargos órgãos ambientais (imóvel financiado)
- V. Respeito ao ZEE da cultura (quando houver)
- VI. Atendimento aos acordos setoriais e regionais estabelecidos para a cultura (Moratória da Soja e o Protocolo Verde dos Grãos do Pará)
- VII. Cerrado nenhuma conversão a partir da emissão



FELSBERG
ADVOGADOS



GRUPO
GAIA

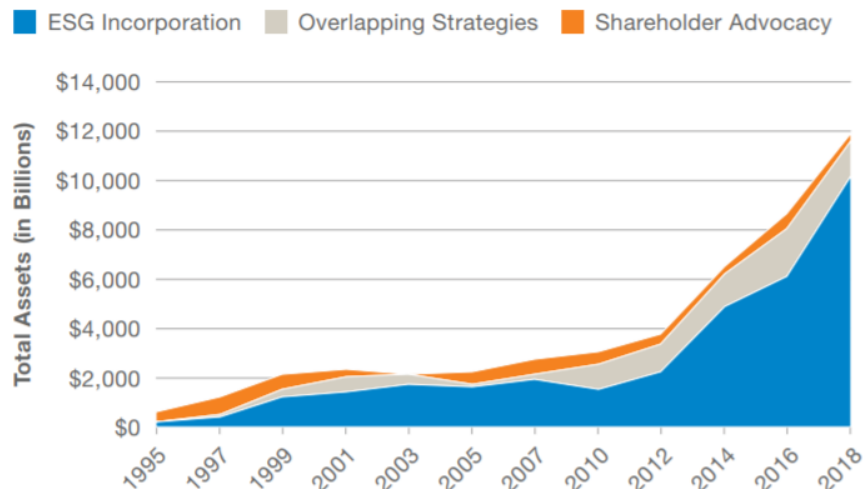


Tendências

- ❖ Embora os “investimentos responsáveis” e os “títulos com adicionalidades socioambientais” (verdes, sociais e mais recentemente ODS) tenham **aumentando significativamente** nos últimos anos...
- ❖ **Estudos da OCDE** revelam que existe uma **lacuna de financiamento** estimada em **USD 2,5 trilhões ao ano** para atingirmos globalmente **as metas do DS**, recursos que **precisam ser atraídos do setor privado**

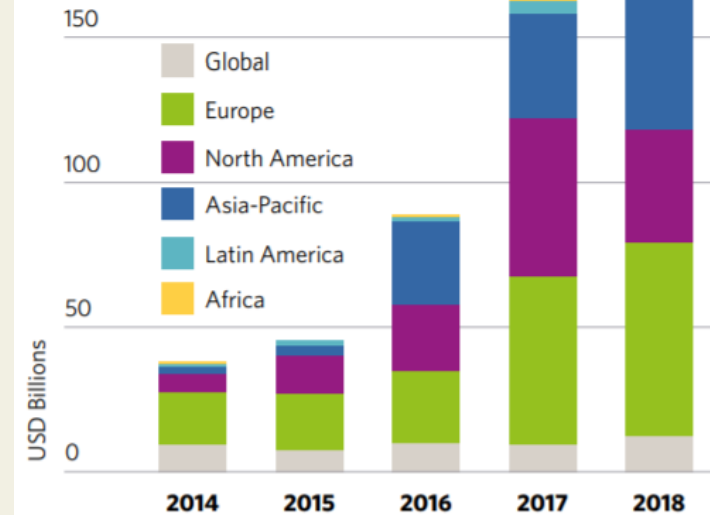


Sustainable and Responsible Investing in the United States 1995–2018



SOURCE: US SIF Foundation.

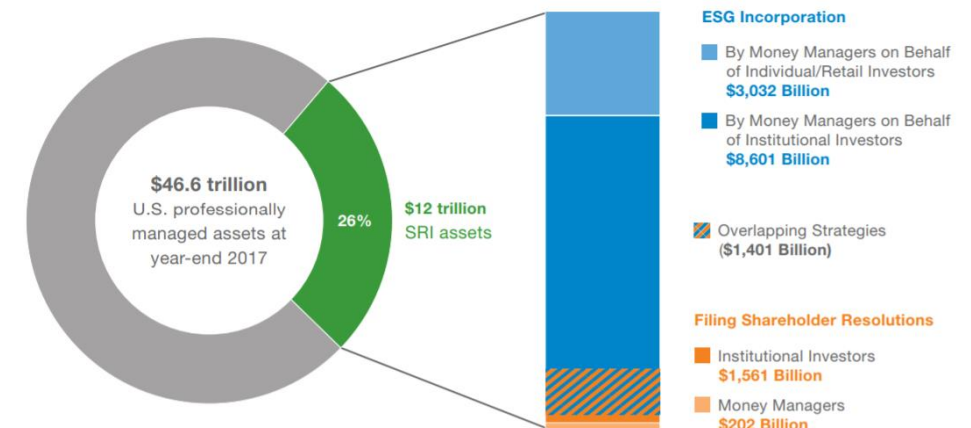
Highest growth rate: Asia-Pacific region



Fonte: State of Green Bonds Market 2018 CBI)

Fonte: US SIF 2018

Size of Sustainable, Responsible and Impact (SRI) Investing 2018



Caminhos e oportunidades para IFDs

- ❖ Desafio de identificar e desenvolver **projetos bem desenhados, que gerem retorno financeiro, com risco reduzido e alto impacto+** para **atrair capital privado** e ganhar escala para cobrir a lacuna de investimento (*bankable projects*)
- ❖ Servir de inspiração global para **atrair capital público e privado para desenvolvimento**
- ❖ **Arranjo pioneiro** entre organizações da sociedade civil (WWF & SNV) e 2 instituições financeiras (FMO & CFM)
- ❖ Consócio **une, combina e potencializa** diferentes expertises em desenvolvimento, clima e finanças com o objetivo de garantir **maior impacto** dos fundos aplicados



Poderia ser um modelo a ser adotado pelos FC?



Considerações Finais

- ❖ As Finanças Sustentáveis **migraram**, mas sem perder de vista, de um foco em **gestão de riscos** para promoção de **impactos positivos**
- ❖ **Parcerias e colaboração** entre vários atores com perspectivas, conhecimentos e experiências diferentes e complementares são **fundamentais** (“nenhum de nós é melhor do que todos nós juntos”)
- ❖ Há ainda necessidade de evoluir e **aprimorar a mensuração e divulgação dos impactos positivos** – estão sendo desenvolvidas ferramentas
- ❖ “*Blended Finance*” é o “novo modelo”: combinar recursos públicos e privados, no qual recursos filantrópicos/não reembolsáveis servem como catalisadores



3 KEY CHARACTERISTICS^d

1. Financial return
2. Addresses SDGs or key development challenges
3. Donor and philanthropic financing is catalytic

GUIDING PRINCIPLES^d

- Rooted in a development rationale
- Mobilize private capital
- Account for the local context
- Effective partnering
- Monitor for effectiveness and transparency

- *Doadores precisam entender completamente o arranjo*
- *Métricas efetivas são necessárias para medir: adicionalidades, valor do investimento e alavancagem*
- *IFD devem assumir maior risco* (devex.com)



#JuntosÉpossível



OBRIGADA!

robertasimonetti@wwf.org.br